

CEDI

## Povos Indígenas no Brasil

Fonte Journal do Brasil Class.: 18  
 Data 13 de Dezembro de 1988 Pg.: 15

### Pesquisadores condenam as hidrelétricas do rio Xingu

SÃO PAULO — A revisão sistemática do projeto de construção do Complexo Hidrelétrico de Altamira — sete barragens ao longo do rio Xingu, que alagariam mais de 5 mil km<sup>2</sup> de florestas no Pará, afogando as terras de sete povos indígenas — é a tese comum dos 23 pesquisadores que contribuíram para o livro *As Hidroelétricas do Xingu e os Povos Indígenas*, editado pela Comissão Pró-Índio e lançado no Instituto de Física da USP com um dia inteiro de palestras e debates sobre a construção de hidroelétricas e a política de energia do governo.

“Não é apenas uma questão elétrica, mas uma questão de patrimônio cultural e nacional”, afirma a antropóloga Lígia Sigaud, 43, do Museu Nacional da UFRJ, que contribuiu para a antologia com o artigo *Implicações Sociais da Política do Setor Elétrico*. “O problema mais grave é o papel absolutamente secundário em que a questão social, o destino dos índios e das comunidades rurais e ribeirinhas, tem sido colocada no planejamento do setor elétrico”, explica.

O livro de 196 páginas, muitas fotos e gráficos, coordenado por Leinad Ayer de Oliveira Santos e Lucia Mendonça de Andrade, apresenta um completo levantamento dos efeitos antropológicos, sociais e ambientais do Complexo de Altamira. Contribuíram para o volume cientistas como Luis Pinguelli Rosa, Roberto Schaeffer, Oswaldo Sevá e Eduardo Viveiros de Castro. Representantes de populações atingidas pelos grandes alagamentos compareceram ao lançamento, como Ailton Krenak, da União das Nações Indígenas, Juraci Moreira, do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Altamira, e o professor americano Darrel Posey, que está sendo processado pelo governo brasileiro por ter criticado, em Washington, junto com o cacique Caiapó Paiacá, os planos do Complexo de Altamira.

Os barramentos do Xingu ainda não saíram do papel, embora o aproveitamento hidrelétrico do rio esteja sendo estudado desde 1975, mas os técnicos e cientistas que participaram das palestras consideraram que eles têm consequências inaceitáveis. A prin-

cipal é inundar as terras de sete povos indígenas que habitam a região — Jurunas, Araras, Cararaós, Asurinís, Arauetés e Paracaná, cerca de 2 mil pessoas. Populações ribeirinhas e outros grupos indígenas, como os Caiapós, mais ao sul, também seriam atingidos.

**Desnecessárias** — O padre Angelo Pansa, do Conselho Indigenista Missionário, está convencido de que todo o projeto é absurdo. “O Xingu é praticamente desconhecido e não se fizeram estudos sérios sobre qualquer aspecto”, diz. Pansa afirma que os técnicos de Eletronorte não esclarecem a população em seus raros contatos com ela. “As pessoas da região não têm idéia, por exemplo, sobre a área que será inundada”, sustenta.

Vários expositores afirmaram que as barragens não são necessárias e foram planejadas com base nas projeções de demanda energética do Plano 2010 da Eletrobrás, que prevê, erradamente, 7% de crescimento anual do PIB brasileiro até o fim da próxima década. Mini-barragens, que não elevam muito o nível das águas e aproveitam as quedas naturais, que no Xingu são fartas, seriam uma das alternativas possíveis.

O governo, na verdade, está enfrentando muitas dificuldades para fazer avançar o Complexo Hidrelétrico de Altamira — sobretudo internacionais. Das sete hidrelétricas inicialmente projetadas, apenas duas — Babaquara e Cararaó — ainda têm a viabilidade e médio prazo, dependendo de financiamento do Banco Mundial. Segundo o antropólogo Eduardo Viveiros de Castro, do Museu Nacional do Rio de Janeiro, o Brasil tem que repensar globalmente a estratégia para o setor elétrico: “Os estudos de impacto ambientais têm que ser feitos antes do projeto da engenharia, e não depois, como tem acontecido. Devem ser tornados públicos, discutidos o mais amplamente pela sociedade, e não podem ser feitos pelas mesmas empresas interessadas na construção”. A antropóloga Lígia Sigaud concorda: “Esses estudos podem até demonstrar que não há necessidade alguma de se construir hidrelétricas no Xingu”.